**Para afirmar a *Advocacia de Estado* é preciso rejeitar, com veemência,
o Projeto Adams/Weber de reorganização da AGU**

Aldemario Araujo Castro
Procurador da Fazenda Nacional
Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB
Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília – UCB
Conselheiro Federal (eleito) da Ordem dos Advogados do Brasil (pela OAB/DF)
Ex-Corregedor-Geral da Advocacia da União
Brasília, 9 de dezembro de 2010

O longo e penoso processo de construção de uma Advocacia Pública Federal em novas bases, com valores e paradigmas alinhados à modernidade e procedimentos adequados aos novos tempos, experimenta momentos de avanços e de recuos. A exata e mais radical (no sentido de profunda) compreensão e efetivação da condição de **instituição de Estado** da Advocacia-Geral da União não é um movimento dos mais fáceis.

Nessa dura caminhada, um dos aspectos de maior relevo envolve a identidade do advogado público federal. Aqui, o termo “identidade” aparece como delimitação e consciência do papel desempenhado, notadamente nas relações com os gestores ou governantes (a face visível do “cliente”).

Identificar, com precisão, o “cliente” é o primeiro passo na construção da identidade do advogado público e, de certo modo, condiciona as definições seguintes mais importantes. São duas as possibilidades básicas: a) o “cliente” é o Governo ou b) o “cliente” é o Estado. Ademais, como fator adicional de dificuldade, ouvem-se vozes no sentido de que não existe uma diferença efetiva entre os dois conceitos.

O festejado jurista Diogo de Figueiredo Moreira Neto formulou com precisão e maestria, em estrita consonância com o Texto Maior, a concepção das Procuraturas Constitucionais (Advocacia Pública em sentido amplo). Identificou:

a) a **advocacia da sociedade**, viabilizada pelo Ministério Público, relacionada com a defesa de interesses sociais com várias dimensões subjetivas, da ordem jurídica e do regime democrático;

b) a **advocacia dos necessitados**, operacionalizada pela Defensoria Pública, voltada para a defesa dos interesses daqueles caracterizados pela insuficiência de recursos;

c) a **advocacia do Estado** (ou Advocacia Pública em sentido estrito), instrumentalizada pela Advocacia-Geral da União e pelas Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vocacionada para a defesa dos interesses públicos primários e secundários (com a clara prevalência dos primeiros em relação aos últimos, em caso de conflito, em homenagem à construção responsável do Estado Democrático de Direito).

Com essas singelas linhas, iniciei um texto denominado **Advocacia de Estado versus Advocacia de Governo**, datado de 3 de abril de 2010 (disponível na íntegra em: <http://www.aldemario.adv.br/observa/advestadvgov.pdf>).

No momento atual, a maior e mais contundente ameaça à Advocacia de Estado, única forma aceitável de advocacia pública à luz da Constituição de 1988, está consubstanciada no projeto de alteração da Lei Orgânica da AGU patrocinado pelo desgastado Advogado-Geral da União Luís Inácio Lucena Adams e redigido/construído pelo agora proscrito ex-Adjunto José Weber Holanda.

Em relação à versão sigilosa desse projeto, que vazou durante sua tramitação pelos órgãos do Poder Executivo, elaborei o texto **“PROJETO ADAMS” DE REORGANIZAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL: um desserviço ao Brasil** (disponível em: <http://www.aldemario.adv.br/observa/projetoadams.pdf>).

Registro, pela importância fundamental para o debate em torno da malsinada proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, duas autorizadas avaliações.

A Procuradora do Banco Central do Brasil Luciane Moessa de Souza, uma das coordenadoras da relevantíssima obra coletiva **Advocacia de Estado: questões institucionais para a construção de um Estado de Justiça**, publicada pela editora Fórum em 2009, elaborou um conjunto de **Propostas de alteração da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União** (disponíveis na íntegra, com autorização da autora, em: <http://www.aldemario.adv.br/observa/lucianepropostas.pdf>). São proposições pautadas pela autonomia institucional, gestão democrática, critérios técnicos para solução de divergências e efeitos vinculantes da consultoria jurídica.

Em relação a essas propostas, o Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto, a maior autoridade em Advocacia Pública (de Estado) no Brasil, fez as seguintes e relevantes observações (aqui divulgadas com expressa autorização do autor):

“Sempre admirador de seus trabalhos, produzidos em desassomburada defesa de uma *Advocacia de Estado independente*, cabe-me manifestar, uma vez mais, meu irrestrito e entusiasmado apoio às suas oportunas observações ao Projeto de alteração da LOAGU, em repúdio

dos inúmeros desvios técnicos e éticos nele apontados, que, se prosperarem, acabarão por transformar o que se deve entender como *elevadas funções contramajoritárias*, portanto, necessariamente neutrais - pois que a Constituição assim as define como *essenciais à justiça* – em meras funções burocráticas e submissas ao alvedrio de governos e partidos ocasionalmente majoritários, com grave dano ao conceito de Estado Democrático de Direito e sério risco para a sustentação das garantias constitucionalmente asseguradas aos cidadãos brasileiros, cujos legítimos interesses ficariam sujeitos a interpretações de *mero interesse de governantes políticos*, ao arrepio da juridicidade”.

As palavras do Professor Diogo de Figueiredo afirmam categoricamente os profundos e deletérios efeitos do projeto Adams/Weber, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Os setores mais consequentes da Advocacia Pública Federal repudiam fortemente o projeto Adams/Weber. Essa afirmação pode ser corroborada no site:

a) da ANAUNI – Associação Nacional dos Advogados da União: <http://www.anauni.org.br/site/?p=2482>

b) do SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional:
http://www.sinprofaz.org.br/s/images/stories/pdfs/panfleto_toffoli_x_adams.pdf;

c) da UNAFE – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil: <http://unafe.org.br/index.php/conjur-destaca-artigo-do-diretor-geral-da-unafe-sobre-o-projeto-da-nova-lei-organica-da-agu/>.

Não custa acrescentar e destacar que o referido projeto Adams/Weber, depois das relevações da Operação Porto Seguro da Polícia Federal, padece de incorrigível vício de origem/motivação. Não parece razoável aceitar que a proposta não tenha sido conformada com espúrios objetivos de manietar a força e o vigor libertários de uma Advocacia de Estado desejada e reclamada pelos setores mais sadios da sociedade brasileira.